

## Património industrial no território de S. João da Pesqueira. Espaços, momentos e ambiências de transformação e interpretação da paisagem cultural

Artur Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O percurso a apresentar neste artigo representa a diversidade e dinâmica da história das técnicas, do carácter multifacetado do património industrial num território agrícola, da sua relação com a paisagem e a sua interpretação na contemporaneidade. Dos vários recursos patrimoniais disponíveis e da relação com o território, são mencionados os primeiros momentos de protoindustrialização, expressos nos sistemas tradicionais de moagem com a indicação de vários espaços moageiros associados à cultura dos cereais, do sumagre e da azeitona. No momento de transformação industrial desse território são enunciados os primeiros espaços mecanizados, como sejam os lagares de azeite, abordando-se ainda as vivências da exploração mineira. Associado a este período subsiste a construção do caminho-de-ferro da linha do Douro, travessia que proporcionou o aparecimento de estruturas e a posterior transformação da paisagem da Ferradosa. Este percurso finaliza com elementos recentes de património industrial e, que podem ser beneficiados por novas utilizações e tornar-se suportes de interpretação da paisagem.

### Introdução

Abordar a temática do património industrial num território eminentemente de cariz agrícola é interpretar a evolução das várias técnicas e tecnologias que as várias comunidades foram realizando como forma de apropriação e aproveitamento dos recursos naturais, resultando uma sustentabilidade económica que lhes permitiu perdurar neste território ao longo de um processo histórico contínuo.

<sup>1</sup> Técnico de Património Cultural. Doutorando em Estudos do Património pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto. Colaborador do CITAR, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes. Endereço eletrónico: [a.jorge.oliveira@portugalmail.pt](mailto:a.jorge.oliveira@portugalmail.pt)

Desta ação de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e da necessidade de transformação dos vários produtos agrícolas, como sejam os cereais e o cultivo do azeite, resultou um conjunto de recursos patrimoniais que identificam os diversos momentos e formas de desenvolvimento tecnológico. Apesar destes recursos ainda terem uma proximidade no uso e função, em que o caráter de “monumentalidade e antiguidade” por vezes associados a marcas identitárias ainda não é assumido, as memórias e o caráter funcional deste património está vivo e presente na geração da comunidade local que o usou, trabalhou e dele beneficiou.

Associado a este fator vivencial, as várias componentes deste património industrial possuem momentos do então quotidiano onde existia o esforço e o trabalho, conotando-o a ritmos menos dignificadores. Contudo, aos olhos da contemporaneidade e dessa geração que os conheceu e acompanhou o seu ritmo de trabalho, existe atualmente um sentimento de pertença, definidor da sua identidade local. Eles são, desse modo, espaços e momentos da evolução tecnológica, social e económica deste território. No percurso pelos recursos do património industrial existentes no território de S. João da Pesqueira, o caráter evolutivo das várias técnicas, das variáveis económicas, das profissões, ritmos e quotidianos e a diversidade de patrimónios existentes, reforçam a ideia de território multidisciplinar, evolutivo e vivo.

## 1. Património industrial na contemporaneidade interpretativa dos territórios

Independentemente da sua escala, localização e natureza, um território é composto por vários recursos naturais e culturais, onde ao longo de um processo histórico se foram estabelecendo diversas comunidades. De caçadores recolectores a construtores contemporâneos de patrimónios, estas comunidades desenvolveram técnicas e aperfeiçoaram métodos de aproveitamento dos vários recursos então disponíveis e conhecidos.

Interpretar a evolução destas técnicas, dos vários locais onde foram colocadas em prática, as condições que possibilitaram a sua evolução e os seus vários ritmos, será conhecer os patrimónios de cariz industrial que compõem e definem a memória, identidade e construção da atual realidade das paisagens dos territórios “É necessário saber lê-la e interpretá-la, e completar os elementos obtidos através da análise de outras fontes”<sup>2</sup>.

Associada ao património industrial está a conotação de uso recente que, face à transformação da técnica, deixou de ser funcional, quer pela tecnologia então utilizada, quer pelo oportunismo fugaz como acontece com a exploração mineira. Este património é ainda “refém” do seu caráter contemporâneo, em que se associam ritmos muito próximos, a que a presença viva de quem dele usufruiu pode por vezes conotá-lo com um caráter de memórias e vivências pessoais, relacionando-o com um passado menos dignificante ou com espaços simbólicos da comunidade. Esta

2. CORDEIRO, José Manuel Lopes (2011), Algumas questões sobre o estudo e salvaguarda de paisagens industriais, Campinas: Labor & Engenho, vol.5, n.1, p.2.

proximidade vivencial e de experiências é um amplo campo de investigação, devendo “aceitar-se o conceito de monumento industrial com a mesma dignidade que se encontra associada aos edifícios que marcaram outras épocas históricas”<sup>3</sup>. Contudo, ao estar associado ao caráter evolutivo da técnica, a sua durabilidade, função e uso assumem um caráter contínuo, em que a substituição, transformação e reutilização são passíveis do caráter estratégico e interpretativo da memória e identidade com que se assumem os territórios e os diversos protagonistas, sejam eles os atores e construtores diários da paisagem, sejam eles os diversos decisores, técnicos ou políticos “o papel das autarquias revelou-se crucial na dinamização e no desenvolvimento da museologia industrial e afim”<sup>4</sup>.

Das várias características, temáticas, escalas de materiais e espaços, funções operativas, profissões e valores imateriais, associados aos ciclos económicos nacionais e locais, resultou uma panóplia e diversidade de património industrial, enquadrando e associando desde logo a versatilidade destes bens às várias características físicas, naturais, culturais e agrícolas do território de S. João da Pesqueira. A contemporaneidade deste património industrial é associarmos a estes momentos e espaços, uma interpretação de gestão e valorização enquanto recursos que também definem, identificam e valorizam um território.

## 2. Território agrícola com património industrial?

O atual território de S. João da Pesqueira apresenta valores e recursos de património industrial reflexo do contacto com as diversas realidades agrárias que se foram constituindo ao longo dos tempos, do aproveitamento das valências dos recursos naturais existentes, ou como território objeto dos programas nacionais de construção de obras públicas, como sejam o caminho-de-ferro ou o aproveitamento hidroelétrico do Douro.

Esta escala diversificada de recursos patrimoniais, proprietários, localizações, ambiências e técnicas permite entender e conhecer os vários ciclos industriais existentes, para os quais se podem perspetivar novos usos. Ao longo deste território foram-se construindo e instalando diversas estruturas vernaculares<sup>5</sup> que associadas às várias culturas agrícolas e aos recursos naturais disponíveis procuraram corresponder ao objetivo de produção<sup>6</sup> e manufatura em que ao caráter pessoal e manual é por vezes associado o recurso natural personificado no uso da água. Para além destas estruturas de cariz protoindustrial, subsistem referências aos saber-fazer que até muito recente-

3. Idem, p.2.

4. MENDES, José Amado (2006), Industrialização e Património Industrial. Desenvolvimento e Cultura, Ericeira: VIII Curso de Verão da Ericeira – Viver a natureza, pensar o desenvolvimento, p.7.

5. A título de exemplo os lagares de vinho de vara e fuso.

6. Em 1887 existiam em S. João da Pesqueira “2 fábricas ou fornos de cal, 4 fábricas ou fornos de telhas, 1 fábrica de louça de barro ordinário e 5 tecedeiras e teares de panno de linho” Mapa de Fábricas e Oficinas existentes em S. João da Pesqueira (1887), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779.



Fig. 1 Folha do sumagre

mente coexistiam com o momento de introdução de maquinaria, criando-se<sup>7</sup> ou adaptando-se alguns espaços, enquanto outros e respetivas profissões entram em declínio, existindo apenas a memória da sua atividade<sup>8</sup> e das práticas agrícolas cerealíferas<sup>9</sup>. Associados ao território agrícola, da sazonalidade e ciclos produtivos, surgem-nos espaços de transformação, sendo os lagares de azeite um símbolo da introdução tecnológica no processo de obtenção do azeite. A evolução técnica e tecnológica acompanhou os vários ritmos económicos, sociais e políticos de Portugal, onde à luz das várias apostas de aproveitamento dos recursos e do “desenvolvimento” foram perspectivados vários patrimónios industriais, como sejam os resultantes da indústria extrativa da exploração mineira, ou de equipamentos coletivos, seja o caminho-de-ferro ou a construção do aproveitamento hidroelétrico da Valeira no rio Douro.

A contemporaneidade deste património e a sua versatilidade temática perspectivam uma gestão agregadora e interpretativa do território. Representam vários momentos do território natural e agrícola, associando desde logo o paralelismo entre o então uso e a atual funcionalidade, podendo ser perspectivada uma reconversão contemporânea, integrando toda a plasticidade e interdisciplinaridade características do património industrial. A “descoberta” deste património para a opção de reconversão pode tornar-se como uma opção valorativa da memória das comunidades locais, do território onde se inserem e das estruturas existentes, criando novos usos para eles.

7. Como aconteceu com o edifício da moagem de S. João da Pesqueira do ano de 1952 existente na atual Avenida Marquês de Soveral.

8. São exemplo as unidades moageiras, sabendo-se que em 1939 já existiam “35 padarias e indústrias caseiras que produzem pão de trigo ou milho” Relação das padarias e indústrias caseiras. Padarias e Indústrias Caseiras que produzem pão de trigo e milho (1939), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/ CX 2779 n.75.

9. No mês de Janeiro de 1929, a venda neste território do trigo barbela, por cada duplo decalitre, era de 25\$62 e do milho amarelo de 17\$50. Livro de Preços em Média de venda de géneros alimentícios nos mercados reguladores desta vila (1906 a 1960), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

No percurso pelos vários momentos e patrimónios industriais deste território é possível verificar que nas várias tipologias patrimoniais analisadas pode ser utilizada uma reconversão com temáticas diversificadas, utilizando as ainda vivências de quem nelas trabalhou ou viveu, e que para nós contemporâneos são o resultado e a relação da evolução da técnica num território eminentemente agrícola. Património industrial num território agrícola? Os recursos patrimoniais e imateriais conhecidos são um desafio para conhecer, interpretar e valorizar este território “o estudo do património industrial (...) possibilitará e facilitará a “entrada” na história do povo anónimo, de objetos do quotidiano, de tecnologia, de processos de trabalho, de saber-fazer, de artigos diversos, de meios de transporte e comunicações”<sup>10</sup>.

### 3. Os primeiros momentos de protoindustrialização do território

#### 3.1. Sistemas tradicionais de moagem: azenhas, atafona e moinhos

Aproveitar os recursos naturais deste território foi uma questão de obtenção de mais-valias económicas e complemento aos rendimentos dos quotidianos destas comunidades. O rio Douro como principal recurso natural deste território foi objeto desta procura, onde para além da prática da pesca com a construção de inúmeras pesqueiras ao longo do seu curso, sobressaiu a moagem de cereais, ainda que de forma temporária e sazonal, o que possibilitou o aparecimento de construções próximas das margens do rio Douro.

As azenhas funcionavam no período do Verão, aproveitando o curso mais estável do rio Douro, moendo os cereais provenientes de territórios limítrofes. Estas construções temporárias “estavam

10. MENDES, José Amado (1995), A arqueologia industrial ao serviço da história local, Guimarães: Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património, Revista de Guimarães, n.105, p.206.

incluídas numa enorme rede de moinhos de ribeiros e de pequenos rios que ao longo do ano, ofereciam às populações e aos profissionais melhores condições de funcionamento<sup>11</sup> em virtude do carácter, ritmo e das cheias do rio Douro. No território de S. João da Pesqueira, surgem referências a estas unidades moageiras em 1758, indicando-se a existência de três azenhas em Vale de Figueira, oito em S. João da Pesqueira, uma em Nagoselo do Douro e Soutelo do Douro, sendo “o seu uso hé somente no Estio<sup>12</sup>. Estas azenhas aparecem ilustradas em várias obras descritivas do território do Douro<sup>13</sup> e muitas vezes estão associadas no contexto económico das quintas, como certamente aconteceu com a azenha da Quinta do Castelinho em S. João da Pesqueira. Em 1938, é mencionada a existência de uma nesta localidade<sup>14</sup> que apenas funciona no Verão. Com a construção dos vários aproveitamentos hidroeléctricos ao longo do curso do rio Douro e a alteração do curso e caudal deste recurso natural, estas estruturas desapareceram ou ficaram submersas, subsistindo na memória coletiva, na toponímia dos locais e nas atividades que aproveitavam os recursos deste curso natural.

Para além da cultura do vinho e do azeite, nas áreas de território em que não era praticada a agricultura era comum a exploração do sumagre, arbusto espontâneo que aparece principalmente na zona de transição do Cima Corgo e do Douro Superior, que depois de triturado nas atafonas, engenhos movidos por força da tração animal, resulta um pó para utilização nos curtumes, na medicina e como condimento, principalmente no Médio Oriente.

O Foral Novo de D. Manuel I de 1510 atribuído a S. João da Pesqueira enuncia várias obrigações às populações residentes neste território, onde se indica o valor a pagar de sumagre “(...) e outro tanto (três reais) se pagará de sumagre e casca para curtir (...)”.

Nos séculos vindouros são várias as disposições da municipalidade local relativas ao funcionamento das atafonas, como aconteceu em 1642, quando a câmara nomeia “um medidor de sumagre na vila de Nagoselo<sup>15</sup> ou em 1755 em S. João da Pesqueira em que a câmara recebe uma queixa da construção de uma atafona de sumagre “em frente da Igreja da Misericórdia, na praça da Vila<sup>16</sup> e em Agosto de 1776, é decretada a proibição de moer sumagre a “Manuel José Camelo na sua atafona da Deveza por cima da fonte e que não metam na mesma gado<sup>17</sup>. No ano de 1887 são referenciadas em todo o território de S. João da Pesqueira a existência de “duas fábricas

de somagre para tinturarias<sup>18</sup>, facto a que se deve o início da expansão do cultivo da vinha e a diminuição dos rendimentos provenientes desta cultura.

No final do século XIX e início do século XX, o sumagre e o tabaco foram alternativas económicas ao plantio da vinha em virtude da praga da filoxera que destruiu extensas áreas de vinhedos. Esta cultura vai persistindo no século XX, onde o pó resultante da moagem das folhas e cachos era ensacado e vendido para as fábricas de curtumes do Porto e Vale do Ave. Atualmente persiste um engenho de atafona em Vale de Figueira<sup>19</sup>, sendo este um dos dois exemplares conhecidos no atual território do Douro<sup>20</sup>. Os elementos constituintes desta atafona são a mó de grande dimensão em granito com picotagem, alguns elementos do engenho de tração animal e o pio convexo com empedramento em xisto “tratando-se provavelmente de um caso único<sup>21</sup> (normalmente é em granito), onde os ramos do sumagre eram triturados “estas atafonas por vezes podem confundir-se com os antigos lagares de azeite dada a semelhança da mó de granito<sup>22</sup>. A cultura do sumagre persistiu na memória destas comunidades, não só pela existência desta arquitetura vernacular, como pela toponímia dos locais ou da aplicação da função desta atividade a comunidades que a exerciam ao longo do ano.

Onde hoje subsiste a cultura da vinha, existiu no passado recente a cultura cerealífera que servia de complemento económico a estas populações.

A cultura dos cereais pressupunha a existência de elementos arquitetónicos na paisagem: as eiras, espaços onde o cereal era malhado pela força humana, através do uso de malhos ou manguais, com a finalidade de separar o grão da palha, sendo posteriormente transportado para os moinhos. Nas várias referências à atividade moageira neste território, existiam em 1887 “37 moinhos ou azenhas de moer grão<sup>23</sup>, e no ano de 1938<sup>24</sup> são registadas 35 unidades moageiras, sendo a área sul do território de S. João da Pesqueira a que possuía maior concentração destas estruturas face ao carácter regular das linhas de água, afluentes dos rios Torto e Távora. Para além de vários moinhos que se dispersam por vários locais deste território, a sua concentração e representatividade é na Ribeira de Galegos ou Ribeira, em Trevões e Paredes da Beira, e na Ribeira de Tabarela, em Riodades, áreas sul deste território. Neste registo de 1938 são mencionados os vários proprietários das unidades moageiras e respetivos arrendatários, sendo que, em muitos casos, os nomes dos arrendatários são os mesmos de quem tinha a posse do moinho.

18. Mapa de Fábricas e Oficinas existentes em S. João da Pesqueira (1887), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779..

19. A mó encontra-se em exposição no Museu do Vinho de S. João da Pesqueira. Existem referências da existência de outra atafona em Vale de Figueira, entretanto desativada.

20. O outro engenho de atafona localiza-se em Muxagata, Vila Nova de Foz Côa.

21. LADRA, Lois (2013) Tecnologia Tradicional do Sumagre no Douro Superior. Etnobotânica, História, Cultura e Património, edição da Fundação Côa Parque e Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, Cadernos Côa, n.7, p.48

22. RIBEIRO, J. Alves (2010) A extinta cultura do sumagre em Trás os Montes e Alto Douro, Vila Real: Revista Tellus, n.5, p.34.

23. Mapa de fábricas e oficinas (1887), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779 n.21.

24. Arrolamento de todos os moinhos destinados à moagem de cereais (1938), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779 n.58.

11. SOEIRO, Teresa (2003), Douro um rio de vida, in Viver e Saber Fazer. Tecnologias Tradicionais na Região do Douro, Peso da Régua: Museu do Douro, p.393.

12. CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique (2010), Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758: as freguesias de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga: Memórias História e Património, vol. VI, p.490.

13. MONTEIRO, Manuel (1911), O Douro, Porto: Emílio Biel e C.ª, p.26.

14. Arrolamento de todos os moinhos destinados à moagem de cereais (1938), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779 n.58.

15. Atas da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira (1641 a 1643), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

16. Atas da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira (1755 a 1759), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

17. Atas da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira (1774 a 1779), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

Localizada na Serra de Sampaio, a Ribeira de Galegos percorre um vale encaixado, onde no passado viveu uma comunidade de moleiros que construiu diversos moinhos, levadas e açudes, e que de certa forma transformaram e aproveitaram a força motriz da água para a constituição deste núcleo moageiro. Ao longo do curso desta linha de água, subsistem diversos moinhos, entretanto desativados, até ao território de Paredes da Beira, onde esta linha de água se denomina de Ribeira.

As unidades moageiras existentes na Ribeira de Galegos em Trevões e na Ribeira em Paredes da Beira caracterizam-se por serem moinhos de rodízio de roda vertical, com admissão de água por cubo inclinado, constituídas por dois pisos, onde no piso inferior funcionavam os rodízios e no superior, os engenhos (mós). Em área anexa, muitos possuem a casa do moleiro, o forno para cozer o pão, o lagar para a pisa das uvas, a eira e a horta, para além do açude e das levadas que encaminhavam a água para o moinho, onde na entrada (no cubo) era diretamente projetada para o rodízio de roda vertical, elemento e engenho primordial do moinho, cuja força motriz colocava em funcionamento as mós. A tipologia de mós utilizada variava de acordo com o cereal a moer, sendo que as mais utilizadas eram as mós em granito, indicadas para a moagem do milho, aveia e cevada. Regularmente estas mós necessitavam de ser picadas pelo moleiro.

Este património constituído por cerca de duas dezenas de unidades moageiras é o resultado de uma atividade e profissão ligadas à produção e transformação dos cereais que caracterizaram a agricultura neste território. As referências documentais a este espaço são escassas, subsistindo na paisagem a transformação e aproveitamento dos recursos naturais numa época em que a cultura cerealífera predominava na paisagem agrícola, sendo base da economia de subsistência que posteriormente terá a concorrência e generalização de fábricas de moagem.

Numa referência ao complexo de moinhos da Ribeira de Tabarela, subsiste um primeiro núcleo a montante da atual Ponte Coimbra, com ruínas de antigas habitações, de arrumos, muros de divisão de propriedade e cortes para recolher o gado, assim como uma ponte em lajes de granito, conhecida por Ponte Coimbra, por onde passava troço de caminho carreteiro sob a Ribeira de Tabarela. A montante desta ponte, encontramos o moinho da Ponte de Coimbra e na direção este ruínas de várias estruturas moageiras. O segundo núcleo, a norte do aglomerado de Riodades, onde a Ribeira de Tabarela desagua no rio Távora, podemos encontrar ruínas de uma antiga ponte sobre esta linha de água subsistindo o complexo moageiro com diversas mós em granito.

### 3.2. Sistemas vernaculares para a obtenção do azeite: lagares de tração animal

Durante séculos a principal força motriz utilizada nestes espaços era a força por tração animal, noutros era por força da água nas azenhas de roda vertical ou pela força humana na prensagem em sistema de vara e fuso. Estes espaços localizavam-se na periferia de linhas de água, elemento natural fundamental para a extração do azeite, possuindo uma escala reduzida, existindo em alguns casos a área das tulhas onde era armazenada temporariamente a azeitona. A grande maio-

ria da tipologia de lagar de azeite existente neste território até inícios do século XX<sup>25</sup> era o lagar de vara e fuso, cuja força motriz era impulsionada pela tração animal. Em 1887, são registadas 32 “fábricas ou azenhas de azeite d’oliveiras”<sup>26</sup> sendo que dois anos antes, são declarados 197.937 L de azeite com o preço de cada litro vendido a 160 reis<sup>27</sup>. No ano de 1908<sup>28</sup> são registados 8 lagares de azeite “de systema aperfeiçoado”<sup>29</sup>, certamente espaços em que se iniciou a introdução de sistemas mecânicos.

O interior destes lagares de azeite compreendia na mesma sala, o espaço da moagem com o moinho e o cambão, o poço da água, a fornalha e a caldeira, a prensa manual e as talhas em granito com um sistema de pequenas caleiras, onde eram direcionadas as águas rússas para o “inferno” obtendo-se o azeite “é neste momento que o imaginário popular associa ao azeite, um largo número de virtudes e profecias, expressas em provérbios e adágios, com conotações religiosas, medicinais, gastronómicas e agrícolas”<sup>30</sup>.

25. Em 1758, são enunciados 5 lagares de azeite em Vale de Figueira. CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique (2010), Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758: as freguesias de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga: Memórias História e Património, vol. VI, p.490.

26. Mapa de Fábricas e Oficinas existentes em S. João da Pesqueira (1887), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779.

27. Mapa demonstrativo do azeite colhido em cada uma das freguesias d’este concelho nos anos de 1880 a 1885 (1885), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 0912 n.135.

28. Existindo 1 em Vale de Figueira, 1 em Trevões, 2 em Soutelo do Douro, 3 em S. João da Pesqueira e 1 em Casais do Douro, cujos proprietários estão associados a quintas ou a famílias com maior posse económica e capacidade de introdução de alterações no processo de produção.

29. Lagares de azeite de systema aperfeiçoado (1908), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/J/252.

30. OLIVEIRA, Artur (2013), Conteúdos museográficos para o lagar de azeite da Espinhosa.



Fig. 2 Atafona de Vale de Figueira (antes da musealização)



Fig. 3 Lagar de azeite em Vale de Figueira



Fig. 4 Moinho na ribeira de Galegos

Esta seria a tipologia funcional dos lagares de azeite da Espinhosa, Trevões, Valongo dos Azeites, Vidigal e dos dois exemplares do Vale da Vila. Atualmente estes seis espaços conhecidos, representam o universo destas unidades de transformação em que os ritmos de utilização deste património, passaram pela sua recuperação in situ, como aconteceu com o lagar de azeite da Espinhosa em que se preservaram todas as vivências materiais e imateriais associadas ao momento e ciclo da apanha da azeitona “espaços ideais para serem reutilizados para novas funções, e em muitos casos para serem reconvertidos em museus”<sup>31</sup>.

#### 4. A transformação industrial da paisagem cultural

##### 4.1. Lagares de azeite do sistema “Tramagal”

No final do século XIX o processo de laboração de muitos lagares de azeite é alterado com a introdução da força motriz mecânica em alguns elementos operativos e funcionais, assistindo-se durante os inícios do século XX à aplicabilidade e introdução de maquinaria e processos de mecanização industriais, sendo recuperados antigos espaços arquitetónicos, mas é especialmente a fisionomia das várias peças mecânicas, normas de higiene e o caráter industrial do novo processo de transformação, que se constroem novos espaços arquitetónicos. Em muitas áreas do Interior do País, e mesmo em muitas localidades, estes espaços foram os primeiros momentos do processo de industrialização.

A tecnologia utilizada nesta tipologia de lagar de azeite corresponde a uma tipologia difundida nos inícios do século XX em que a força motriz era constituída por motor, sendo a azeitona moída em moinho com mós e a pasta obtida era posteriormente prensada em prensas hidráulicas, sendo depois centrifugada, obtendo-se o azeite. A esta maior rapidez, dá-se o abandono e desuso dos anteriores lagares de azeite, possibilitando transformar maior quantidade de azeitona, aumentando a área de plantio olivícola. A maquinaria existente nestes lagares, o tom azul muito difundido e característico desta marca, era proveniente da Metalúrgica Duarte Ferreira, empresa portuguesa com sede no Tramagal, que iniciou a sua atividade nos finais do século XIX e se vocacionou na produção de equipamentos para lagares de azeite, lagares de vinho, moagens e alfaias agrícola.

Em 1933 são realizados no concelho de S. João da Pesqueira 674 manifestos de produção de azeite em que são declarados 307.682 L<sup>32</sup> deste produto. O período de laboração destes lagares abarca grande parte do século XX, especialmente até à década de 90, período em que face a novas normas de higiene e da necessidade de tratamento das águas rússas resultantes da produção do azeite, muitos espaços entram em declínio e encerram, como certamente aconteceu em Vale de Figueira, Soutelo do Douro e Vale da Vila. Outros são convertidos, sendo a anterior maquinaria

31. MATOS, Ana Cardoso de (2014), Património Industrial e Museologia em Portugal, *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. III, n. 5, Maio-Junho, p.100.

32. Mapa de apuramento da produção agrícola no ano de 1933 (1933), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2786.

retirada e introduzidos novos processos mecânicos, ou constroem-se novas instalações em áreas anexas, persistindo os dois sistemas, embora o anterior esteja desativado.

Espaços recentes de rotinas sazonais, existe ainda toda a componente imaterial e social associada a estes espaços, expressa pelas memórias de quem aqui trabalhou, produziu o azeite ou simplesmente vinha a este espaço como ato de convívio social “são estes patrimónios que melhor representam a história dos últimos dois séculos”<sup>33</sup>.

##### 4.2. A “Antiga Fábrica” em Ervedosa do Douro

O espaço arquitetónico da “Antiga Fábrica” localiza-se a noroeste do atual aglomerado populacional de Ervedosa do Douro, em área de terrenos agrícolas e de silvicultura, junto a linha de água de curso sazonal e da atual estrada nacional 222. Este espaço está implantado em área de declive e é constituído por diversas construções de planta retangular. A oeste destas construções existe uma chaminé industrial, com formato cónico, construída em tijolo tendo remate no coroamento.

Apesar do seu bom estado de conservação, desconhece-se o ano da construção, a autoria do projeto de execução e qual a maquinaria e energia utilizada, assim como a eventualidade da existência de documentação “o património da indústria inclui todos os traços, em diferentes estados de conservação, da sua operacionalidade e relação com a paisagem e a sociedade”<sup>34</sup>. Este exemplar representativo do património industrial do território de S. João da Pesqueira estava relacionado com as práticas da produção de azeite, na extração de óleos do bagaço que resultava da prensagem da pasta da azeitona nos lagares de azeite. Após a prensagem em prensas hidráulicas, o bagaço era retirado das seiras, sendo posteriormente transportado para este local, procedendo-se ao processo de extração de óleos.

Sendo um exemplar único neste território, é representativo do caráter de uso e praticabilidade das várias culturas e patrimónios deste território, onde às diversas matérias-primas é conferido um caráter industrial e de transformação, sendo ainda um testemunho do então quotidiano da comunidade local e da cultura industrial “se trata pues de un tipo de património muy reciente. La asociación entre património y longevidade en el tiempo, es una particularidade no implícita entre los restos industriales”<sup>35</sup>.

33. MENDES, José Amado (2006), *Industrialização e Património Industrial. Desenvolvimento e Cultura*, Ericeira: VIII Curso de Verão da Ericeira – Viver a natureza, pensar o desenvolvimento, p.10.

34. ROSA, Carolina Lucena (2011), *O património industrial: a construção de uma nova tipologia de património*, São Paulo: ANPUH, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, p.1 a 14.

35. CURA, Anahi; LACANAL, María Dolores Ruiz de (2014), *Patrimonio Industrial. Una aproximación a la gestión patrimonialista de las asociaciones*, Sevilha: II Encuentro de asociaciones de protección del patrimonio local, Buenas practicas en protección del patrimonio cultural y natural: Buena praxis en patrimonio industrial, ENAPPAL – S.O.S. Património, Cuaderno n.1, p.115.

## 5. A apropriação do território e as vivências da mineração. Espaços e momentos

### 5.1. Do complexo mineiro de Várzea de Trevões ao manifesto de jazidas minerais

A procura de minérios foi ao longo dos tempos um fator para a fixação das primeiras comunidades neste território. A metalurgia e a exploração mineira dos diversos recursos minerais proporcionou uma mais-valia económica para estas comunidades, assim como o conhecimento de outras características deste território, nomeadamente ao nível dos recursos existentes no subsolo.

A exemplo do que aconteceu pelo País, o território de S. João da Pesqueira viria a revelar a existência de uma grande variedade de minérios, conduzindo ao desenvolvimento da indústria de extração mineira em diversas freguesias, na sua maioria de pequena dimensão.

É exemplo desta exploração mineira a mina de chumbo, galena, prata e arsenopirite de Várzea de Trevões, exploração iniciada em finais do século XIX, abandonada em 1913<sup>36</sup> pela Companhia Mineira de Várzea de Trevões e retomada em 1922 com a transmissão da concessão para a Sociedade de Fomento Económico Português. Este complexo mineiro localizado junto à Ribeira da Carriça em Várzea de Trevões foi um exemplo da vulnerabilidade do mercado da extração mineira e da rentabilidade do filão face ao custo/benefício de exploração mineira. Dos ritmos e rotinas desta atividade extrativa subsistem elementos arquitetónicos na paisagem, como sejam as estruturas habitacionais, os escritórios e os apoios de transporte e lavagem no minério na margem direita da ribeira, e na margem esquerda, edifícios de apoio, a escombreira e o malacate com casa de apoio para a entrada da mina.

Para além deste complexo mineiro, existem referências a concessões mineiras no território de Paredes da Beira, na encosta das Chãs de Murganho, conhecidas como as Minas do Ameal. Mais a sul, no lugar de Vale de Penela, em Riodades, existem alguns elementos arquitetónicos na paisagem resultantes de exploração do ouro e em S. João da Pesqueira é explorado o chumbo na mina de Pojares. Uma outra concessão mineira foi realizada em 1894 à mina de estanho da Quinta de Roriz em Ervedosa do Douro. No entanto, apesar dos diversos investimentos e trabalhos de pesquisa realizados, a mina nunca viria a produzir neste período, sendo concedido alvará em 1955 para nova exploração<sup>37</sup>. A partir da década de 40 do século XX, surgem-nos documentos de registo de minérios em diversos locais deste território<sup>38</sup> com a indicação e registo de minérios por parte de particulares e empresas, bem como a existência de explorações mineiras e áreas concessionadas, sendo concedidos alvarás para exploração integrados na Faixa Aurífera de Penedono.

36. Revista de Química Pura e Aplicada (1913), Lisboa, IX ano, n.2, p.51.

37. PEREIRA, Gaspar Martins (2011), Roriz, uma Quinta no Coração do Douro, edições Afrontamento, p.235 e 236.

38. Livro de Registo dos Manifestos de Jazigos ou Depósitos Minerais (1941 a 1961), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

## 6. De Ermesinde a Salamanca. A linha de caminho-de-ferro do Douro e a transformação da paisagem da Ferradosa

A linha de caminho-de-ferro do Douro foi construída ao longo de 12 anos, de 1875 a 1887, com a intenção de ligar por via-férrea o Porto a Salamanca, Espanha e conseqüentemente à Europa. Para além de permitir a abertura comercial e económica deste território, era um meio de comunicação com 203 km de extensão, uma notável obra de engenharia, que implementou diversas soluções da arquitetura do ferro em território com uma orografia em vale encaixado. A modernidade expressa nesta novidade, trouxe novos hábitos, rotinas e quotidianos, e como forma de transmitir esta inovação, são inúmeros os registos fotográficos, literários e roteiros que captam esta realidade paralela à cultura da vinha e do vinho.

No território de S. João da Pesqueira a construção desta via-férrea passa pelo lugar da Ferradosa e Vargelas, onde foram construídas estações ferroviárias. Percorrendo o túnel ferroviário da Valeira com cerca de 750 m de extensão, a linha de caminho-de-ferro do Douro percorre o local do antigo Cachão da Valeira, atravessando o rio Douro para a margem esquerda, na então ponte ferroviária da Ferradosa. Este percurso faz parte do troço da linha do Douro Tua-Pocinho inaugurado a 10 de Janeiro de 1887, passando a via-férrea neste troço a localizar-se na margem esquerda do rio Douro, depois de atravessar a ponte metálica, no lugar de Ferradosa, Vale de Figueira. Os espaços arquitetónicos das duas estações ferroviárias seguem a tipologia implementada para estas construções na linha



Fig. 5 Mina de Várzea de Trevões



Fig. 6 Viaduto da Ferradosa



Fig. 8 Ferradosa



Fig. 9 Ponte da Ferradosa

de caminho-de-ferro do Douro, com a Casa do Chefe da Estação e o Armazém de Mercadorias e na Ferradosa, a Casa do Agulheiro junto à então ponte ferroviária.

Com o desinvestimento económico na via-férrea a partir dos anos 60 do século XX, ainda é possível circular nesta linha férrea em locomotivas a carvão, o que “provoca” a procura desta “memória” em muitos entusiastas do caminho-de-ferro, especialmente de Inglaterra, existindo diversos registos fotográficos ilustrativos dessa “modernidade” do caminho-de-ferro do Douro.

Após a conclusão da Barragem da Valeira em 1976, a paisagem a montante é cenário de uma transformação natural e humana. Na Ferradosa a ponte ferroviária é desmantelada, e na margem direita do rio Douro, é construída nova travessia férrea em viaduto, uma nova ponte ferroviária e uma estação ferroviária, retomando a via-férrea, neste novo local, a margem esquerda do rio Douro. O antigo troço de caminho-de-ferro com cerca de 2 Km e todas as estruturas da estação da Ferradosa ficam abandonadas. Da nova estação da Ferradosa, a linha de caminho-de-ferro do Douro continua o seu percurso na direção este, passando por Vargelas que se manteve intacta, em direção ao Pocinho. Durante a década de 90 do século XX, o Município de S. João da Pesqueira adquire as estruturas da estação ferroviária da Ferradosa, recupera-as, adaptando o espaço na valência da hotelaria e atividades lúdicas como o remo, canoagem, e recentemente, o aluguer de barcos à vela.

## 7. Património industrial e contemporaneidade

Neste percurso pelas várias valências do património industrial existentes no território de S. João da Pesqueira e pela evolução da técnica na otimização e transformação das várias matérias-primas em que os vários recursos naturais assumem papel fundamental na evolução destas comunidades,

um outro elemento patrimonial assume o caráter interpretativo recente e de contemporaneidade do património industrial e da conformação da paisagem natural e cultural, em que o seu principal recurso natural é objeto de transformação e de nova identidade natural.

O Aproveitamento Hidroelétrico da Valeira foi o terceiro a ser construído no esquema do Aproveitamento Hidroelétrico do Douro Nacional, inundando uma área de 795 hectares resultando uma albufeira com a extensão de 36 km. Concluída em 1976 é um tipo “de aproveitamento fio de água (...) uma tipologia de barragem de gravidade aligeirada”<sup>39</sup> com 48 m de altura, constituída por 5 comportas de retenção da água, em que a central é equipada com 3 grupos de turbinas de eixo vertical tipo Kaplan, existindo na margem esquerda uma eclusa de navegação. Durante os anos de construção deste aproveitamento hidroelétrico são construídos ao longo do vale da Valeira e nas margens do rio Douro diversos espaços de apoio a este empreendimento, servindo a norte a linha de caminho-de-ferro do Douro, como um dos principais meios de transporte de materiais de construção e maquinaria de apoio<sup>40</sup>. Neste vale, estruturas e ruínas de património industrial passíveis de interpretação desta paisagem, em que a possibilidade de um novo uso, no contexto dos vários valores naturais e culturais presentes, possibilitam e seriam uma mais valia cultural, social e económica para este território.

No contexto de oportunidade, escala e uso deste património, onde as suas integrações naturais e funcionais assumem papel decisivo, a sua valorização enquanto espaços industriais, de memória e transformação recente do território, acentuam o caráter de polivalência, dinâmica e amplitude técnica destes patrimónios.

39. [http://www.anossaenergia.edp.pt/centros\\_produtores/info\\_tecnica.php?item\\_id=57&cp\\_type=&section\\_type=info\\_tecnica](http://www.anossaenergia.edp.pt/centros_produtores/info_tecnica.php?item_id=57&cp_type=&section_type=info_tecnica).

40. Junto à margem direita do rio Douro e no limite da Barragem da Valeira foi construído um prolongamento do túnel ferroviário da Valeira.





Fig. 10 Valeira

## Conclusão

No percurso pelas várias temáticas e domínios do património industrial no território de S. João da Pesqueira procurou-se interpretar na ótica de espaços existenciais, os momentos industriais associados à leitura contemporânea deste território. Nesta interpretação de espaços físicos deve-se enquadrar e registar todas as imaterialidades decorrentes dos seus usos e quotidianos, pois os seus atores e protagonistas ainda vivem e são os principais veículos transmissores dos ritmos diários e pessoais das várias vivências.

Do estado de abandono, ruína, desativação, em alguns casos reutilização, ao seu uso quotidiano, em virtude da função técnica desempenhada, ou à reconversão museológica, o percurso pelas várias escalas do património industrial permite em muitos casos perspetivar uma reutilização enquanto espaços arquitetónicos e de imaterialidades associadas à sua função técnica “opção preferencialmente adotada para a salvaguarda do património industrial, uma vez que são inúmeras as soluções e possibilidades que ele encerra”<sup>41</sup>.

41. CORDEIRO, José Manuel Lopes (2011), Desindustrialização e Salvaguarda do Património Industrial: Problema ou Oportunidade, Campinas: Oculum Ensaios, n.13, Janeiro-Junho, p.157.

Espaços, locais, momentos. Reconversão, uso e valorização. A importância e contemporaneidade destes recursos patrimoniais em território agrícola permite perspetivar o seu impacto na atual construção interpretativa do território de S. João da Pesqueira e nas futuras opções de uso e valorização dos recursos patrimoniais disponíveis. Uma oportunidade contemporânea, disponível, existencial, vivencial, interdisciplinar e agregadora da construção identitária do território. Património industrial em território agrícola? Um desafio e uma oportunidade.

## Bibliografia

ABAD, Carlos J. Pardo (2004), La reutilización del patrimonio industrial como recurso turístico. Aproximación geográfica al turismo industrial, Treballs de la Societat Catalana de Geografia, 57, p.7 a 3

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique (2010), Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758: as freguesias de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga: Memórias História e Património, vol. VI, p.481 e 492.

CHOAY, Françoise (2016), A Alegoria do Património, Edições 70: Arte e Comunicação.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2011), Algumas questões sobre o estudo e salvaguarda de paisagens industriais, Campinas: Labor & Engenho, vol. 5, n.1, p.1 a 12.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2011), Desindustrialização e Salvaguarda do Património Industrial: Problema ou Oportunidade, Campinas: Oculum Ensaios, n.13, Janeiro-Junho, p.154 a165.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2015), Musealização do Património Industrial e Técnico: Novos Desafios? ICOM Portugal, Boletim n. 4, série III, Setembro, p.12 e 13.

CURA, Anahi; LACANAL, Maria Dolores Ruiz de (2014), Patrimonio Industrial. Una aproximación a la gestión patrimonialista de las asociaciones, Sevilla: II Encuentro de asociaciones de protección del patrimonio local, Buenas practices en protección del patrimonio cultural y natural: Buena praxis en patrimonio industrial, ENAPPAL – S.O.S. Património, Cuaderno n.1, p.111 a 125.

ESCOFET, Maria del Carmen Vélez (2014), La puesta en valor del patrimonio industrial através de sus archivos fotográficos, Sevilla: II Encuentro de asociaciones de protección del patrimonio local, Buenas practices en protección del patrimonio cultural y natural: Buena praxis en patrimonio industrial, ENAPPAL – S.O.S. Património, Cuaderno n.1, p.42 a 46.

HENRIQUES, Francisco; CANINAS, João Carlos (2012), O Lagar Social de Vila Ruivas, Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo, Açafa on-line, n. 5, p.441 a 539.

LADRA, Lois (2013) Tecnologia Tradicional do Sumagre no Douro Superior. Etnobotânica, História, Cultura e Património, edição da Fundação Côa Parque e Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, Cadernos Côa, n.7.

MATOS, Ana Cardoso de (2014), Património Industrial e Museologia em Portugal, Museologia & Interdisciplinaridade, vol. III, n. 5, Maio-Junho, p.95 a 112.

Minerais de Portugal Continental (1928), Lisboa, p.21 e 22.

MENDES, José Amado (2006), Industrialização e Património Industrial. Desenvolvimento e Cultura, Ericeira: VIII Curso de Verão da Ericeira – Viver a natureza, pensar o desenvolvimento, p.1 a 12.

OLIVEIRA, Ana Laura Ferrer de (2012), Novos usos para o Património Industrial. O caso da Cordoaria Nacional, Lisboa: Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa.

Revista de Chimica Pura e Applicada (1913), Lisboa, n. 98, n.2, p.51.

RIBEIRO, José Alves (2010), A extinta cultura do sumagre em Trás os Montes e Alto Douro, Vila Real: Revista Tellus, n.5, p.27 a 35.

PEREIRA, Gaspar Martins (2011), Roriz, uma Quinta no Coração do Douro, edições Afrontamento.

SILVA, Luís (2004), Moinhos e Moleiros no Alentejo Oriental: uma perspectiva etnográfica, Etnográfica, vol. VIII (2), 2004, p.221 a 242.

SOEIRO, Teresa (2003), Douro um rio de vida, in Viver e Saber Fazer. Tecnologias Tradicionais na Região do Douro, Peso da Régua: Museu do Douro, p.358 a 413.

VITERBO, Sousa (1896), Archeologia Industrial Portuguesa. Os moinhos, Archeologo Português, vol. II, n. 8 e 9, p.193 a 204.

#### Fontes manuscritas

Arrolamento de todos os moinhos destinados à moagem de cereais (1938), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/ CX 2779 n.58.

Lagares de azeite com sistema aperfeiçoado (1908), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/J/252.

Livro de Preços em Média de venda de géneros alimentícios nos mercados reguladores desta vila (1906 a 1960), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

Livro de Registo dos Manifestos de Jazigos ou Depósitos Minerais (1941 a 1961), Arquivo Municipal de S. João da Pesqueira.

Mapas de apuramento de produção de milho, regadio e azeite (1925 a 1933), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2786.

Mapa de Fábricas e Oficinas existentes em S. João da Pesqueira (1887), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 2779.

Mapa demonstrativo da produção de azeite (1880/1885), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/CX 0912 n.135.

Relação das padarias e indústrias caseiras. Padarias e Industrias Caseiras que produzem pão de trigo e milho (1939), Arquivo Distrital de Viseu, PT-ADVIS/AC/GOVCIV/AE/ CX 2779 n.75.

Cartas, Convenções e Legislação

Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial (2003), TICCIH e APPI.

Lei n. 107/2001. Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, Lisboa: Diário da República, 1ª série A, n.º 209, 8 de Setembro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Assembleia da República.